



SENADO FEDERAL

PARECER Nº 214, DE 2021 – PLEN/SF

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei nº 2.505, de 2021, do Deputado Roberto de Lucena (nº 10.887, de 2018, na Câmara dos Deputados).

A **Comissão Diretora**, em **Plenário**, apresenta redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei nº 2.505, de 2021, do Deputado Roberto de Lucena (nº 10.887, de 2018, na Câmara dos Deputados), que *altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre improbidade administrativa*.

Senado Federal, em 29 de setembro de 2021.

JORGINHO MELLO, PRESIDENTE

ROGÉRIO CARVALHO, RELATOR

ELMANO FÉRRER

ZEQUINHA MARINHO

ANEXO DO PARECER Nº 214, DE 2021 – PLEN/SF

Redação final das Emendas do Senado ao Projeto de Lei nº 2.505, de 2021, do Deputado Roberto de Lucena (nº 10.887, de 2018, na Câmara dos Deputados).

Altera a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, que dispõe sobre improbidade administrativa.

Emenda nº 1 (Corresponde à Emenda nº 46 – CCJ)

Dê-se ao § 5º do art. 1º, acrescido à Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, na forma do art. 2º do Projeto, a seguinte redação:

“Art. 1º

.....

§ 5º Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

.....” (NR)

Emenda nº 2 (Corresponde à Emenda nº 47 – CCJ)

Suprima-se o § 4º do art. 11, acrescido à Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, na forma do art. 2º do Projeto.

Emenda nº 3 (Corresponde à Emenda nº 48 – CCJ, de Redação)

Renumerem-se os §§ 5º e 6º do art. 11, acrescidos à Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, na forma do art. 2º do Projeto, como §§ 4º e 5º, respectivamente.

Emenda nº 4 (Corresponde à Emenda nº 50 – CCJ)

Dê-se ao § 6º do art. 11, acrescido à Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, na forma do art. 2º do Projeto, a seguinte redação:

“Art. 11.

.....

§ 6º Não se configurará improbidade a mera nomeação ou indicação política por parte dos detentores de mandatos eletivos, sendo necessária a aferição de dolo com finalidade ilícita por parte do agente, salvo o disposto no inciso XI do *caput*.” (NR)

Emenda nº 5
(Corresponde à Emenda nº 49 – CCJ)

Inclua-se, no art. 2º do Projeto, o art. 17-D, a ser acrescido à Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, com a seguinte redação:

“Art. 17-D. A ação por improbidade administrativa é repressiva, de caráter sancionatório, destinada à aplicação de sanções de caráter pessoal previstas nesta Lei, e não constitui ação civil, sendo vedado seu ajuizamento para o controle de legalidade de políticas públicas e para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos.

Parágrafo único. Ressalvado o disposto nesta Lei, o controle de legalidade de políticas públicas e a responsabilidade de agentes públicos, inclusive políticos, entes públicos e governamentais, por danos ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, a qualquer outro interesse difuso ou coletivo, à ordem econômica, à ordem urbanística, à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos ou religiosos e ao patrimônio público e social submetem-se aos termos da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.”

Emenda nº 6
(Corresponde à Emenda nº 51 – CCJ)

Dê-se ao § 2º do art. 23, acrescido à Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, na forma do art. 2º do Projeto, a seguinte redação:

“Art. 23.

.....

§ 2º O inquérito civil para apuração do ato de improbidade será concluído no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias corridos, prorrogável uma única vez por igual período, mediante ato fundamentado submetido à revisão da instância competente do órgão ministerial, conforme dispuser a respectiva lei orgânica.

.....” (NR)

Emenda nº 7
(Corresponde à Emenda nº 52 – CCJ)

Dê-se ao § 2º do art. 23-B, acrescido à Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, na forma do art. 2º do Projeto, a seguinte redação:

“Art. 23-B.

.....

§ 2º Haverá condenação em honorários sucumbenciais em caso de improcedência da ação de improbidade se comprovada má-fé.”

Emenda nº 8
(Corresponde à Emenda nº 53 – CCJ)

Dê-se ao art. 3º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 3º No prazo de 1 (um) ano a partir da data de publicação desta Lei, o Ministério Público competente manifestará interesse no prosseguimento das ações por improbidade administrativa em curso ajuizadas pela Fazenda Pública, inclusive em grau de recurso.

§ 1º No prazo previsto no *caput* suspende-se o processo, observado o disposto no art. 314 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil).

§ 2º Não adotada a providência descrita no *caput*, o processo será extinto sem resolução do mérito.”